

Soma de irresponsabilidades

ANTONIO DELFIM NETTO

A aguerrida resistência de boa parte do Congresso às mudanças necessárias para voltarmos a um desenvolvimento econômico robusto e inclusivo é, às vezes, levada à dignidade de diferenças "ideológicas". Ledo engano: é apenas irresponsabilidade aritmética. Creem que é no orçamento que se criam os recursos, enquanto os "caretas" sabem, porque é assim que funciona o mundo, que são os recursos que limitam o orçamento!

Vinte anos de Congresso me ensinaram que, no tumulto do plenário (menos nas comissões), a lógica "reacionária" de Aristóteles é o pior instrumento para convencer um "progressista". Não há a menor hipótese de se conquistar o voto que se pensa "progressista", cuja voz atinge altos decibéis e pensa que o grito supera a aritmética. Resta apenas vencê-lo com dois votos de quem sabe o que é a regra de três. Mesmo que a esperança seja vã, cremos que vale mais um esforço para capturar um incauto "progressista".

Verdadeiro crescimento

sustentável requer elevar a produtividade

Começamos tentando dar carne e osso ao indicador geral (macroeconômico) da economia que chamamos de PIB. Num período de tempo convencional ele é a soma dos valores adicionados em todo processo produtivo. E o que é o "valor adicionado"? É o total monetário do valor comercializado de qualquer bem ou serviço descontado de todas as compras de bens ou serviços para produzi-lo. Por exemplo, o "valor adicionado" de um par de sapatos é igual ao seu preço descontado de todas as compras feitas para produzi-lo. O que sobra quando fazemos isso? Apenas o salário dos trabalhadores e o lucro do produtor. No final, o PIB é o valor da soma de todos os salários e de todos os lucros realizados em todo o processo produtivo, medidos na unidade de valor do período. Vamos chama-lo de (Y).

Que uso pode fazer a sociedade do que foi produzido (Y)? Para organizar suas ideias, os economistas

construíram a Contabilidade Nacional, que o divide em consumo das famílias (C), investimento (I), consumo do governo (G) e exportação (X), da qual se subtraem as compras externas, as importações (M). Trata-se da conhecida mas muito maltratada identidade convencional: $Y = C + I + G + (X - M)$. Por exemplo, aos preços nominais de 2016, o IBGE calculou que nosso PIB foi igual a R\$ 6,27 trilhões, assim utilizados (ver tabela abaixo):

Para avaliar a evolução das quantidades de bens e serviços ao longo dos anos, calcula-se o PIB de cada ano, com os preços de um ano-base. O IBGE faz isso com os preços de 1995. Com isso damos concretude física à evolução da quantidade de bens e serviços posta à disposição da sociedade. Ele mede o desenvolvimento econômico. Para entender o "imbróglio" que estamos vivendo, basta lembrar que nas últimas duas décadas o PIB físico cresceu à ridícula taxa anual de 2,2% ao ano, acumulando um crescimento de 55%. Ficamos relativamente mais pobres, porque o mundo cresceu





cerca de 77% no mesmo período.

Esse é um problema menor, diante do fato de que, no período, a despesa real do governo cresceu a 5,4% ao ano, acumulando o fantástico crescimento de 180%! Aumentamos sistematicamente o consumo e reduzimos o investimento do governo, prejudicando duplamente o nosso crescimento: 1º) estamos consumindo nossa infraestrutura; e 2º) dissipamos recursos sem razão plausível. Por exemplo, demos ganhos de produtividade aos aposentados e pensionistas (a quem deveríamos, apenas, manter constante o seu poder de compra), em lugar de aplicá-los no aumento da produtividade dos que estão na atividade e que devem sustentá-los.

É inegável, também, que nas últimas duas décadas conseguimos o que parecia impossível: a estabilização monetária e alguma

melhoria distributiva. O final, entretanto, é dantesco: a maior recessão da nossa história, um desequilíbrio fiscal inimaginável, com o amargo tempero de 14 milhões de desempregados. Isso autoriza três conclusões:

1ª) o crescimento robusto do PIB é a condição necessária para realizar as políticas sociais civilizatórias implícitas na Constituição de 1988, até agora sujeitas a idas e vindas;

2ª) ao "populismo" oportunista sempre faltará fôlego se não insistir no investimento e na exportação, mas pode até beneficiar-se de alguma sorte no curto prazo. Distribuir judiciosamente ganhos eventuais nas relações de troca é inteligente e razoável, mas esquecer que são passageiros contém em si uma tragédia anunciada. Os fracassos do "populismo" no mundo nos últimos 70 anos, em todas as suas experiências, são uma prova

empírica indisputável de sua insustentabilidade; e

3ª) o verdadeiro crescimento sustentável requer um consistente aumento da produtividade do trabalho e toda evidência empírica revela que esta é função da quantidade e qualidade de capital à disposição de cada trabalhador e do tamanho do mercado.

Estamos reduzindo o nosso estoque de capital. Logo, estamos num processo de subdesenvolvimento! A saída é voltar a ser colônia, o que, infelizmente, é cada vez mais evidente...

Antonio Delfim Netto é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento. Escreve às terças-feiras

E - m a i l :
ideias.consult@uol.com.br

Produto Interno Bruto

A preços nominais de 2016, em R\$ trilhões

	R\$ tri	Part. %
1. Consumo das famílias	4,01	64
2. Consumo do governo	1,26	20
3. Formação bruta de capital fixo	1,03	16
4. Exportação	0,78	12
5. Importações (menos)	-0,76	-12
PIB	6,27	100

Fonte: IBGE

Ausência de reformas põe em risco 'regra de ouro', diz Meirelles

Por Arícia Martins e Fabio Graner
| De São Paulo e de Brasília

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu ontem que há riscos para o cumprimento da chamada "regra de ouro" das finanças públicas nos próximos anos, caso não sejam feitas reformas estruturais, em especial a da Previdência. "A partir do próximo ano e dos seguintes, precisamos aprovar as reformas. O problema do Brasil é que a maior parte das despesas do Orçamento são definidas pela Constituição", disse Meirelles, destacando que a parcela de gastos públicos que pode ser contingenciada é menor que 10%. "A margem de manobra é muito pequena. Isto tem que ser alterado para que a regra de ouro, que é fundamental, seja respeitada."

A "regra de ouro" é o apelido dado ao inciso terceiro do Artigo 167 da Constituição. Ele veda que as operações de crédito do governo (basicamente emissões de títulos) em um ano superem as despesas de

capital - essencialmente investimentos, mas que incluem também as tecnicamente chamadas inversões financeiras (como aportes no Minha Casa, Minha Vida) e amortização da dívida federal. Em outras palavras, busca evitar que o governo se endivide para bancar despesas correntes, como salários de servidores e benefícios previdenciários, entre outros.

Ontem, o Valor mostrou que a equipe econômica está preocupada com os riscos de descumprimento dessa determinação constitucional a partir de 2018, por conta da continuidade de elevados déficits e da queda dos investimentos. Meirelles garantiu que, para 2017, não há risco. "Este ano já está assegurado."

Questionado sobre as reais chances de aprovação da reforma da Previdência, Meirelles respondeu que elas "são boas" e acima de 50%. "Não adianta não fazer reforma agora e ter que fazer daqui a alguns anos, ou fazer uma reforma muito mitigada", disse.

A retomada dos pagamentos das dívidas dos Estados com o Tesouro Nacional é um dos fatores que ajudam o governo no esforço para cumprir a chamada "regra de ouro" fiscal. A entrada desses recursos no caixa federal permite o pagamento de dívida ou dos seus encargos com menor emissão de títulos.

A apuração do cumprimento da "regra de ouro" é bastante complexa. Envolve a análise das origens (fontes, em linguagem de contabilidade pública) dos recursos e do perfil da despesa orçamentária. Além de recursos de dívida dos Estados, pagamentos do BNDES ao Tesouro (não só dos empréstimos feitos entre 2010 e 2014, mas também de outros contratos) e outros montantes recebidos pelo governo federal que foram parar na conta única do Tesouro são considerados na contabilidade oficial para evitar que a "regra de ouro" seja descumprida.

São recursos que permitem ao governo financiar déficits emitindo menos dívida, respeitando assim o comando constitucional. A conta





também é feita pelo critério de despesa liquidada, e não paga ou empenhada, as duas outras fases de execução do Orçamento.

O problema é que, com os recorrentes e elevados déficits fiscais, as fontes alternativas de recursos que nos últimos anos têm ajudado a cumprir a "regra de ouro" estão diminuindo, ao mesmo tempo em que os investimentos estão perdendo espaço no Orçamento, pela dupla restrição de dificuldade de se cumprir a meta fiscal e pelo teto de gastos. Com isso, a relação tem se estreitado e o risco de não cumprimento da regra já a partir do ano que vem entrou no radar.

As reformas, como a da Previdência, ao reduzirem despesas correntes e a necessidade de financiamento públicas, se efetivadas, também ajudariam o governo no cumprimento daquela que a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, classificou como a "mais antiga regra fiscal" brasileira e que dá um comando para que o país não fique por muitos anos com déficits orçamentários e volte a ser superavitário.

Mas, enquanto não se sabe se o Congresso levará adiante as

reformas, fontes alternativas de receitas são necessárias à emissão de dívida, para evitar o crime de responsabilidade. Por isso, menciona-se entre os técnicos da área econômica a necessidade de nova devolução de recursos do BNDES, por exemplo, além de se discutir a necessidade de mais privatizações e de aumento da carga tributária.

No caso das dívidas dos Estados, em 2016 o governo deixou de receber quase R\$ 20 bilhões desses entes, por conta da suspensão dos pagamentos. Neste ano, a volta dos pagamentos está se dando de forma gradual até voltarem a ser plenos em junho de 2018 (sem o Rio, que está em recuperação fiscal), reforçando o caixa do Tesouro.

O governo tem discutido com o TCU também se deve, ou não, considerar os investimentos das estatais para efeito de cumprimento da regra de ouro. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) defende o uso dessa forma, ao contrário do Tesouro. O tema ainda não está pacificado no governo, mas os técnicos reconhecem que o formato defendido pela SOF dá mais fôlego para o cumprimento da regra.

Governo dá uma guinada e decide privatizar Eletrobrás



Coelho Filho, ministro do MME; pasta diz que ônus e dívidas da empresa se avolumaram, exigindo mudança de rota.

Por Rodrigo Polito, Daniel Rittner, Rafael Rosas e Camila Maia
| De São Paulo, Brasília e Rio

O governo mudou radicalmente seus planos com relação à Eletrobras e decidiu privatizar a maior companhia de energia elétrica da América Latina. O ministério de

Minas e Energia (MME) vai propor ao conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) a redução da participação da União na estatal, "com sua consequente democratização" na bolsa de valores, seguindo o exemplo do que foi feito no passado com a Embraer e a Vale.

A ideia, de acordo com o

ministério, é recuperar a Eletrobras e permitir à empresa implementar os requisitos de governança corporativa exigidos no Novo Mercado. O Valor apurou, contudo, que a proposta foi costurada pela pasta junto com o ministério da Fazenda e foi lançada após o agravamento da previsão de déficit fiscal do governo, para R\$ 159 milhões em 2017 e 2018.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, a ideia é realizar uma operação de aumento de capital, no qual seria diluído o controle da União na empresa, que passaria a ser de controle pulverizado.

Os recursos da operação seriam utilizados pela Eletrobras para adquirir novamente as usinas que operam sob o regime de cotas, desde a Medida Provisória 579. A ideia é que o valor do aumento de capital seja na proporção do montante necessário para realizar o pagamento por estas usinas, podendo alcançar a cifra de R\$ 20 bilhões.

Por essa fórmula, o dinheiro gerado pelo aumento de capital entra na Eletrobras, mas é repassado ao Tesouro, provocando um efeito positivo nas contas públicas.

O pesquisador do Insper, Sérgio Lazzarini, não vê razões estratégicas ou impedimentos éticos que inviabilizassem a intenção de





privatizar a Eletrobras. Para ele, vender a estatal para a gestão privada seria uma alternativa ao modelo de negócios atual, em que a empresa assumiu "muitos projetos pouco lucrativos de forma pouco transparente", analisa.

Em nota, o MME informou: "A decisão foi adotada após profundo diagnóstico sobre o processo em curso de recuperação da empresa. Apesar de todo o esforço que vem sendo desenvolvido pela atual gestão, as dívidas e ônus do passado se avolumaram e exigem uma mudança de rota para não comprometer o futuro da empresa".

Segundo o ministério, os problemas da Eletrobras decorrem de "ineficiências acumuladas nos últimos 15 anos, que impactaram a sociedade em cerca de um quarto de trilhão de reais [R\$ 250 bilhões]". "Não há espaço para elevação de tarifas nem para aumento de encargos setoriais. Não é mais possível transferir os problemas para a população. A saída está em buscar recursos no mercado de capitais atraindo novos investidores e novos sócios", completou.

A proposta prevê que a União permaneça como acionista e mantenha poder de veto na administração da companhia, para garantir a preservação de decisões estratégicas, como projetos de

revitalização do rio São Francisco. A ideia do governo é adotar modelo semelhante ao aplicado em países como Portugal, França e Itália, que transformaram suas estatais elétricas (EDP, EDF e Enel, respectivamente) em grandes corporações com atuação internacional e que mantêm sua identidade nacional.

Em fato relevante, a Eletrobras informou que a efetivação da operação depende de autorizações governamentais, avaliação das autorizações legais e regulatórias que serão necessárias, avaliação do modelo a ser adotado e observância dos procedimentos específicos, por ser tratar de sociedade de economia mista, de capital aberto, com ações listadas na B3, em Nova York (Nyse) e em Madri (Latibex).

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, afirmou que a venda do controle acionário da Eletrobras não requer o envio de um projeto de lei ao Congresso e pode ser feita em sem trâmite legislativo. "Não precisa disso. É como a privatização da Embraer".

Ele não quis fazer projeções sobre o valor que poderá ser arrecadado e nem quando a operação ocorrerá. Ele enfatizou que a preparação do negócio requeria cuidado e discrição por tratar-se de empresa com papéis negociados na B3 e na Bolsa de

Nova York.

O plano deve ser "operacionalizado" em 2018, disse o secretário executivo do MME, Paulo Pedrosa. "Para esse ano, não há condição. Isso é para o ano que vem", afirmou. "A estratégia envolve atender uma demanda de curto prazo para ajudar a fechar a contas, mas não pode ser vista como uma intervenção para cumprir um objetivo puramente fiscal", disse Pedrosa.

O presidente da Amec, Mauro da Cunha, declarou que a proposta do MME "é uma notícia para se comemorar e mais uma sinalização de que o mercado de capitais é o caminho para as empresas".

O Valor apurou que o plano de privatização da Eletrobras começou a ser discutido nas últimas duas semanas. O assunto foi conduzido por equipes restritas dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Ferreira Jr., presidente da estatal, e o diretor financeiro e de Relações com Investidores, Armando Casado, passaram o dia ontem em Brasília. À tarde, Casado participou de reunião com investidores em São Paulo, mas o encontro terminou antes da divulgação do fato relevante do plano. (Colaboraram Ligia Guimarães, Paula Selmi e Rafael Bitencourt)

Proposta gera ainda mais dúvidas sobre a estatal

Por Rodrigo Polito | De São Paulo

A proposta de desestatização da Eletrobras, que será apresentada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e que foi divulgada ontem pelo ministério, não pegou apenas o mercado de surpresa. Alguns integrantes da equipe de energia do governo, por exemplo, souberam da medida há apenas alguns dias, e não tiveram oportunidade de debater ou questionar a decisão.

O tema começou a ser discutido nas últimas duas semanas. A orientação veio depois de reunião entre o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e o presidente Michel Temer. Em seguida, o assunto foi discutido em algumas reuniões por um grupo restrito das pastas da Fazenda e de Minas e Energia (MME), incluindo o secretário-executivo, Paulo Pedrosa.

Outros secretários da pasta e demais integrantes da equipe energética do governo foram informados na última semana de que os rumos do plano de recuperação da Eletrobras seriam alterados. O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., e o diretor financeiro e de Relações com Investidores da estatal, Armando Casado, passaram o dia em Brasília. À tarde Wilson cancelou sua ida à reunião da Apimec em São Paulo.

No encontro com investidores, Casado informou apenas que foram realizadas reuniões normais em Brasília e que Wilson havia ficado na capital porque amanhã tinha previsto reunião do conselho de administração da Eletronorte.

Por mais nobre que seja o motivo do governo ao propor a desestatização da Eletrobras - o governo alega que fará uma operação nos moldes do que foi feito com a Vale e a Embraer e com a intenção de tornar a companhia um modelo bem sucedido como a portuguesa EDP e a francesa EDF -

a proposta mostra uma guinada muito intensa e mudança muito forte em relação ao plano que vinha sendo conduzido pela gestão de Wilson Ferreira Jr.

A empresa estava sendo bem sucedida em sua tentativa de mostrar ao mercado o plano de ação traçado para recuperar a empresa, por meio de privatização de distribuidoras e venda de participações em sociedades de propósito específico (SPEs). Agora, surgem muitas dúvidas se a empresa de fato manterá em curso seu plano de venda de ativos.

A notícia de ontem causa impacto em outra frente. É difícil saber se o plano de desestatização e posterior venda de 14 gigawatts (GW) de hidrelétricas da Eletrobras, previsto na minuta de reforma do setor elétrico, seguirá em frente com a proposta do governo de desestatizar a Eletrobras. Afinal, a estatal com as usinas é uma empresa e sem elas é outra completamente diferente.

Venda deve ficar para 2019, dizem analistas

Por Camila Maia e Fernando Torres | De São Paulo

Considerando as ações detidas diretamente, por meio de fundos do governo e também via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a União detém 63,2% do capital total da Eletrobras. A preços de ontem na bolsa, essa participação vale aproximadamente R\$ 12 bilhões. O processo de privatização e migração para o Novo Mercado da companhia, conforme o anúncio, agradou o mercado, ao menos num momento inicial.

A União possui 51% das ações com direito a voto da Eletrobras, o que equivale a 41% do capital total. BNDES e BNDESPar possuem, juntos, 19,9% das ações votantes, 13,9% das preferenciais e 18,7% do capital total. Outros acionistas governamentais da Eletrobras são o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e o Fundo Garantidor de Habitação (FGHAB), que têm 3,4% e 0,1% do capital total da estatal, respectivamente.

Apesar da recepção positiva, para analistas ouvidos sob a condição de anonimato, é praticamente impossível concluir a operação dentro do governo atual, devido ao prazo imposto pelas eleições, que é março do ano que vem. Além disso, o BNDES, que conduz as desestatizações do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), está "afogado" com as operações já em curso, segundo uma fonte.

As privatizações das distribuidoras da Eletrobras, por exemplo, estão em risco devido ao atraso na entrega dos laudos de avaliação dos ativos feitos pelo banco.

"Acho que essa será uma tarefa importante para o novo presidente do país", disse um analista, que qualificou a decisão tomada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) como "incrível". A dificuldade em concluir a venda das distribuidoras foi lembrada por outro analista, que se disse "cético" sobre a possibilidade de conclusão da privatização até março.

O processo, segundo os especialistas, deve tomar cerca de dois anos. Além da venda de parte das ações que a União tem na companhia, a Eletrobras terá que passar por mudanças significativas na migração para o Novo Mercado, segmento de listagem da B3 com maior nível de governança. Hoje, a estatal não faz parte de nenhum nível de listagem da bolsa.

O limite de prazo estabelecido pelas eleições também reduziu as chances, portanto, de que Wilson Ferreira Junior ainda esteja no comando da companhia quando a privatização for realizada. Seu mandato vai até abril de 2019, mas pode ser renovado.

Ontem, as ações ON fecharam cotadas a R\$ 14,20, alta de 3,35%. As PN subiram 2,65%, a R\$ 17,83. Na Bolsa de Nova York, os ADRs da estatal fecharam em alta de 20%, a U\$ 5,34, no after market. Após uma forte alta no ano passado, as ações da Eletrobras acumulam queda acentuada - ON recuam 37,7% desde dezembro e PN, 26,5%.

Liminar suspende leilões de hidrelétricas da Cemig

Por Rafael Bitencourt e Bruno Peres | De Brasília

A Justiça Federal concedeu ontem uma liminar que suspende o leilão das quatro hidrelétricas da Cemig que tiveram a concessão retomada pelo governo federal ao término do prazo contratual. No início deste mês a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) havia aprovado o edital de relicitação das usinas Jaguara, São Simão, Miranda, e Volta Grande. O leilão foi marcado para 27 de setembro.

A decisão partiu do desembargador federal Souza Prudente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em documento datado de 18 de agosto. O magistrado analisou argumentos diferentes das ações judiciais movidas, até agora, pela estatal mineira. Em vez de se ater ao suposto direito à renovação automática da concessão, por mais 20 anos, o TRF1 acolheu argumento de que teria havido um erro na avaliação das usinas, seja para fins de cálculo da indenização em favor da Cemig ou para definição do bônus de outorga a ser cobrado no leilão das empresas vencedoras.

A ação popular foi movida pelo advogado Guilherme Andrade. A decisão indica a possibilidade de considerar o valor das hidrelétricas registrado pela Cemig em balanço e

atualizado pelo critério de "expurgos inflacionários". Dessa forma, o cálculo dos ativos resultaria no montante de R\$ 18 bilhões das quatro usinas.

De um lado, o governo está propondo uma indenização para a Cemig que não chega a R\$ 2 bilhões, baseada no quantitativo de bens não amortizados no prazo da concessão. Por outro, o edital de licitação das usinas cobra R\$ 11 bilhões em bônus de outorga.

Segundo a decisão judicial, a diferença entre o real valor patrimonial dos ativos e a outorga cobrada poderia resultar na entrega das hidrelétricas às novas concessionárias por R\$ 7 bilhões "a menos". O advogado Cláudio Pinho, autor da ação popular, disse que a decisão do governo oferece risco de lesar o patrimônio público, seja em desfavor da estatal mineira ou possibilidade de perda de receita pela União.

A área econômica do governo conta com o leilão das usinas para reforçar o caixa de arrecadação federal nesse ano. "Se o governo aplicasse a legislação de expurgos inflacionários, teria uma dificuldade menor para bater a meta fiscal sem precisar vender as usinas, recebendo R\$ 18 bilhões da Cemig", disse Pinho.

O Superior Tribunal Federal

(STF) deve julgar hoje a ação cautelar sobre o caso movida pela companhia. Uma posição favorável da Corte é considerada crucial pelo governo para garantir segurança jurídica necessária que irá atrair investidores para a disputa. Ontem, a Advocacia Geral da União (AGU) requereu a suspensão do julgamento diante da possibilidade de instauração de procedimento de conciliação entre as partes.

O leilão oferecerá a concessão das usinas com o prazo de 30 anos. Boa parte da energia (70%) será destinada ao mercado regulado, das distribuidoras, e o restante estará disponível para comercialização no mercado livre, formado por grandes consumidores.

Nos bastidores, o senador Aécio Neves (MG) tem trabalhado para barrar a licitação das quatro hidrelétricas. Depois de se reunir na última sexta-feira com o presidente Michel Temer, Aécio esteve ontem com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

O senador mineiro defende a ideia de editar uma medida provisória que permita ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar a Cemig, "que pagaria ao banco com os recursos da própria geração e não perderia, portanto, este ativo extremamente relevante", afirmou.





Assumindo postura conciliadora, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse ontem que o governo busca uma "solução que atenda a todos". "A gente entende a prioridade, a questão relevante que é colocada por Minas Gerais, mas a gente tem que entender também a necessidade de arrecadação e de equilíbrio de caixa do governo", disse o senador.

Procurada, a AGU informou ontem que irá recorrer da decisão do TRF1. A Aneel informou que "foi notificada e busca reverter decisão judicial que suspende o leilão de usinas da Cemig". (Colaboraram Vandson Lima, de Brasília, e Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte)

Receita de privatização não poderá financiar despesas correntes

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

investimentos, inversões financeiras ou amortização da dívida pública.

A receita que será obtida com a venda das ações da União na Eletrobras não poderá ser utilizada pelo governo para cobrir despesas correntes primárias. O artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proíbe o uso de recursos de privatização no financiamento dessas despesas.

A LRF abre, no entanto, uma exceção. Ela permite que os recursos da venda de estatais sejam destinados, desde que devidamente autorizada por lei, ao Regime Geral de Previdência Social ou ao regime previdenciário dos servidores públicos.

Dependendo do modelo de privatização a ser adotado, os recursos obtidos com a venda de estatais devem ser utilizados para

Questionados, os ministérios da Fazenda e do Planejamento informaram ontem ao Valor que a eventual receita a ser obtida com uma venda da participação da União na Eletrobras não foi considerada pelo governo nas contas das novas metas fiscais para 2017 ou para 2018.

Na semana passada, a equipe econômica revisou para cima as metas fiscais do governo, definindo que a nova meta para o resultado primário a ser perseguido pelo governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) neste ano é igual, em termos nominais, ao resultado alcançado em 2016, um déficit de R\$ 159 bilhões. Este mesmo valor foi estipulado para 2018. (Colaborou Ligia Guimarães, de São Paulo)

Entrevista / Henrique Meirelles

'Mensagem reformista deve ganhar a próxima eleição'

RICARDO BALTHAZAR
EDITOR DE "MERCADO"
MARIANA CARNEIRO
EM SÃO PAULO

Um candidato a presidente com uma plataforma reformista, que prometa manter o esforço do atual governo para controlar despesas e arrumar as contas públicas, terá boas chances nas próximas eleições, afirma o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

"Se me perguntar quem vai ganhar, acredito que uma mensagem reformista deve ganhar", disse nesta segunda (21), em entrevista à Folha. "A posição populista já foi suficientemente testada e deu resultado negativo. A população está alerta para isso."

Filiado ao PSD, um dos partidos que dão sustentação ao presidente Michel Temer no Congresso, Meirelles tem sido apontado como opção do bloco governista para as eleições presidenciais de 2018, mas desconversa quando indagado sobre o tema.

"Estou concentrado no meu trabalho, que é fazer as reformas e assegurar o crescimento do país nos próximos anos", disse. "Não estou preocupado com o [meu] futuro".

Na semana passada, ao anunciar o aumento das projeções para o rombo nas contas públicas neste e no próximo ano, a Fazenda rebaixou de 2,5% para 2% a previsão de crescimento no próximo ano. A previsão deste ano é 0,5%.

Na avaliação de Meirelles, um discurso a favor de reformas e austeridade terá boas chances nas eleições presidenciais se for associado à recuperação da economia, que parece estar saindo lentamente da recessão profunda em que afundou há três anos.

Meirelles, que nesta semana negociará com o Congresso a aprovação das novas metas fiscais e de medidas para conter o rombo nas contas do governo, voltou a defender a reforma da Previdência, cuja discussão ficou paralisada com a crise política deflagrada pela delação

dos donos da gigante de alimentos JBS.

Apesar do ceticismo dos líderes governistas no Congresso sobre as possibilidades de retomada da discussão agora, Meirelles acha que o adiamento da reforma só criaria dificuldades para o próximo governo –e para as forças políticas que o apoiarem.

"Se deixar para o governo seguinte, ele começará com um problema, tendo que enfrentar uma reforma da Previdência depois de dois anos perdidos", disse o ministro. Pesquisa feita pelo Datafolha em maio mostrou que 71% da população é contra a reforma.

Antes da delação da JBS, o governo e a Câmara dos Deputados chegaram a um acordo para colocar a reforma em votação, atenuando o impacto da proposta original do governo e reduzindo a economia prevista com as medidas.

Reforma ajuda futuro governo, diz ministro

O Congresso deveria aprovar reformas como a da Previdência porque elas interessam aos futuros governos, e não apenas para o atual, afirma o ministro.

*

Folha - Muitos analistas diziam em julho que a revisão das projeções do governo para o déficit do Orçamento era inevitável. Por que ela demorou?

Henrique Meirelles -
Aguardávamos uma visão mais realista da evolução da receita e também de questões que estão no Congresso, como o novo Refis [programa de regularização de dívidas de contribuintes] e a proposta de reoneração da folha das empresas. A ideia é definir uma meta que não precise ser mudada.

O sr. tem convicção de que não precisará alterar a meta de 2018? Analistas afirmam que, sem a reforma da Previdência, o objetivo não será cumprido.

O impacto da reforma não é tão

grande em 2018 que não possa ser compensado com algumas medidas. Mas ela é fundamental no longo prazo, porque o mercado antecipa as coisas e ela tem impacto imediato nas taxas de juros e na confiança do investidor.

Qual a chance de o Congresso aprovar a reforma neste ano?

Acho que há boas chances, dentro de um nível aceitável para o equilíbrio fiscal.

O aliados do governo no Congresso têm dito o contrário.

O Congresso tem consciência de que a reforma é fundamental. O Orçamento e a dívida pública são insustentáveis a longo prazo sem a reforma.

O próximo será um ano eleitoral e ficará muito difícil. Então, parece forte o argumento de que ela precisa ser discutida neste ano. Se deixar para o governo seguinte, ele começará com um problema, tendo que enfrentar uma reforma da Previdência depois de dois anos

perdidos. É importante para o próximo governo que a reforma seja votada agora.

Aliados do governo já disseram que o custo para aprová-la agora seria muito alto, e que novas concessões reduziriam muito a economia prevista.

Não é uma questão de fazer algo em sintonia com este governo, mas em sintonia com os próximos governos. E quem tiver a expectativa de participar dos próximos governos deveria estar fortemente favorável à reforma da Previdência. E, por definição, todos os partidos têm expectativa de estar nos próximos governos.

Vale a pena insistir mesmo se a reforma for muito diluída?

Não. Há limites para isso. A proposta definida em maio com a Câmara proporciona 75% da economia prevista com a proposta original do governo. Vamos negociar tendo isso em vista para fazermos uma reforma que faça sentido, porque uma reforma que não faça





sentido não deve ser feita.

O debate sobre a meta deixou claro que há grande resistência no Congresso e no meio empresarial a novos impostos. Essa opção está interdita?

A sociedade considera que a carga tributária está num patamar em que há dificuldade para justificar aumentos.

Qual a sua opinião sobre o aumento do Imposto de Renda para os mais ricos, que chegou a ser cogitado pelo governo?

Era uma proposta que não era adequada para o momento. A percepção da sociedade é de que já estamos no limite.

Mas poucos seriam atingidos.

É verdade, mas o fato concreto é que a reação a aumentos de impostos é generalizada. Houve uma sinalização clara de que não é o momento de pensarmos nisso antes de cortar despesas, o que estamos fazendo, e explorar fontes de receita extraordinárias, como concessões e privatizações.

A crise política diminuiu a capacidade do governo de viabilizar projetos no Congresso?

Não sinto isso. Por exemplo, a discussão sobre o Refis vai afetar

mais os próximos governos, porque um Refis com descontos excessivos gera incentivos para que empresas deixem de pagar e fiquem esperando o próximo Refis.

Por que ninguém no mercado parece preocupado com os riscos criados pelo aumento acelerado da dívida pública?

O mercado está olhando, em primeiro lugar, para o fato de que há um esforço grande de controle das despesas, ao contrário de anos anteriores. Existe também um esforço grande para obter receitas, não só com impostos.

Há um programa de privatização ambicioso, e reformas fundamentais. Já foi aprovado o teto de gastos, a reforma trabalhista. Agora estamos numa discussão séria com a Previdência.

Projeções do FMI (Fundo Monetário Internacional) mostram que a dívida brasileira cresce mais rápido e destoa de outros países emergentes.

Se não forem aprovadas as reformas. Mas a nossa expectativa é que elas irão passar, e a do mercado também é essa.

Dificuldades para aprovar reformas tendem a ficar maiores

com a proximidade das eleições do próximo ano. Vê espaço para um discurso reformista, ou um discurso populista tem maiores chances?

Em qualquer país que precise de reformas, e a maioria precisa, é normal que prevaleçam as duas mensagens. Se me perguntar quem vai ganhar, acredito que uma mensagem reformista deve ganhar. É minha expectativa. Quem decidirá é a população.

Qual tema econômico deve dominar a campanha eleitoral?

A continuidade de uma gestão fiscal responsável, que mantenha as contas públicas sob controle, versus a ideia de que despesas públicas cada vez maiores são benéficas para o país. Também uma discussão sobre o tamanho do Estado, em decorrência dessa.

Uma ala focando mais na presença do Estado, como grande indutor de um processo de crescimento. Outra focando muito mais na produtividade da economia, nos incentivos para as pessoas empreenderem, inovarem, trabalharem, crescerem, melhores condições para investimentos.

Acha que essa pauta reformista terá apelo eleitoral em





2018?

Acredito que sim, se estiver embasada numa recuperação econômica, que acredito ser o caso. A posição populista já foi suficientemente testada e deu resultado negativo. A população está alerta para isso.

A Operação Lava Jato destróçou as forças políticas que sustentaram a mensagem reformista nas últimas eleições.

As investigações afetaram políticos de todos os matizes. Não é esse o fator que vai alterar a essência dessa disputa. Alguns políticos podem estar inviabilizados, mas outros não.

O sr. será candidato em 2018?

Estou concentrado no meu trabalho, que é fazer as reformas e assegurar o crescimento nos próximos anos. Não estou preocupado com o futuro.

O sr. trabalhou com os irmãos Joesley e Wesley Batista no grupo J&F. Ficou surpreso com o que revelaram em seu acordo de colaboração premiada?

Trabalhei no desenvolvimento da plataforma digital do banco Original, um trabalho bastante específico. Trabalhei também para outras empresas. Em termos específicos, não. Nunca fiquei sabendo de nada disso. Não era parte do meu trabalho discutir as relações do grupo com o governo. Foi uma surpresa.

Para reforçar o caixa, governo propõe a privatização da Eletrobrás

Ajuste fiscal. Segundo o Ministério de Minas e Energia, estatal, que tem valor de mercado de cerca de R\$ 20 bilhões, passaria para o controle privado, mas a União permaneceria como sócia, mantendo poder de veto nas decisões consideradas estratégicas

Eduardo Rodrigues / Brasília e Beth Moreira / São Paulo

Pressionado pela necessidade de reforçar seu caixa com receitas de concessões e privatizações, o governo anunciou ontem que pretende privatizar a Eletrobrás, estatal do setor elétrico que controla empresas como Furnas e Chesf. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, a União permanecerá como acionista da companhia e receberá dividendos. Também manterá poder de veto na administração, preservando decisões consideradas estratégicas pelo governo no setor.

"A nova Eletrobrás segue um modelo de êxito adotado em diversos países, como Portugal, França e Itália, que transformaram suas estatais de energia elétrica em grandes corporações que atuam no mundo inteiro e mantêm sua identidade nacional", diz nota divulgada pela pasta. O valor de mercado da Eletrobrás na Bolsa

de Valores de São Paulo (B3) é de cerca de R\$ 20 bilhões e, segundo informou uma fonte do governo à agência Reuters, o valor pertencente à União é de cerca de R\$ 12 bilhões. "Mas, com o controle, vai também poder arrecadar até mais do que isso. Ela pode valer mais", disse.

Segundo o ministério, a decisão de propor a privatização da empresa ocorreu após "profundo diagnóstico" sobre o processo de recuperação da estatal que está em curso. O MME alega que as ineficiências acumuladas nos últimos 15 anos na Eletrobrás tiveram impacto negativo de cerca de cerca de R\$ 250 bilhões. Esses recursos públicos, avalia a pasta, poderiam ter sido investidos em outras áreas prioritárias do governo. Apenas de 2012 a 2015, a Eletrobrás somou mais de R\$ 30 bilhões em prejuízo.

A privatização da estatal será analisada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que coordena as concessões e privatizações do governo.

O ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Moreira Franco, disse ao Estadão/Broadcast que a privatização da Eletrobrás seria um reforço não

para o caixa do governo, "mas para a qualidade, produtividade e preços da energia no Brasil". Ele acrescentou não ter avaliado se a operação trará um reforço às receitas primárias do governo.

Gestão. A melhora na gestão foi o centro da argumentação apresentada pelo ministério para a operação. Na nota, a pasta afirma que a medida trará mais competitividade e agilidade à empresa para gerir suas operações, "sem as amarras impostas às estatais". O MME cita como exemplos os processos de privatização da Embraer e da Vale. Essas mesmas justificativas constam de um comunicado enviado pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, à Eletrobrás.

A intenção de vender a estatal foi comunicada em fato relevante à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No documento, a estatal esclarece que a efetivação da operação depende de autorizações governamentais, avaliação das autorizações legais e regulatórias que serão necessárias, avaliação do modelo a ser adotado e observância dos procedimentos específicos, por ser tratar de sociedade de economia mista, de capital aberto, com ações listadas nas bolsas de São Paulo,





de Nova York e de Madri.

Até agora, os planos do governo passavam por vender as subsidiárias da Eletrobrás e as distribuidoras de energia controladas pela estatal. Pela proposta, os recursos obtidos com essas operações seriam divididos entre o governo, a estatal e os consumidores, que poderiam ter descontos na conta de luz.

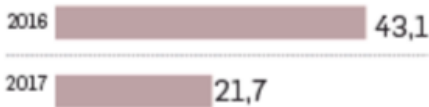
PERDA DE VALOR

● Com queda na receita e problemas de eficiência, Eletrobrás poderá ser privatizada

Dados do 1º semestre

EM BILHÕES DE REAIS

Receita bruta

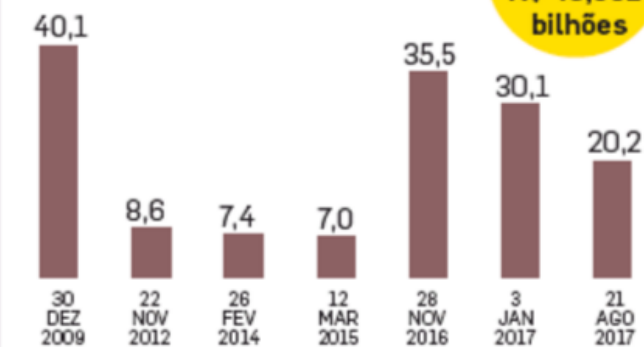


Despesa com pessoal



Valor de mercado

EM BILHÕES DE REAIS



Segmentos

GERAÇÃO:
46.856 MW

TRANSMISSÃO:
70.201 km

DISTRIBUIÇÃO:
4,3 milhões DE CONSUMIDORES

FUNCIÓNÁRIOS:
17 mil

FONTE: DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA ELETROBRÁS DO SEGUNDO TRIMESTRE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Venda deve beneficiar estatal, dizem analistas

Para especialistas do setor, País não precisa mais de uma empresa para ser instrumento de política energética, cujo modelo está consolidado

Renée Pereira

A informação de que o governo quer privatizar a Eletrobrás, uma das maiores empresas de energia elétrica da América Latina, foi recebida por especialistas do setor como uma boa saída para a estatal, que vem enfrentando graves problemas financeiros e acumula dívidas de R\$ 43,5 bilhões.

Para o professor da UFRJ, Nivalde de Castro, a decisão de dar um novo rumo à Eletrobrás já vinha sendo colocada em prática pelo atual presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr, com a venda da participação da empresa em vários projetos e das distribuidoras. Mas seria um processo mais longo. Segundo fontes, a modelagem para vender a participação da Eletrobrás em projetos de energia eólica e transmissão estava sendo feita pelo banco BTG Pactual e deveria ser concluída no fim deste mês. Agora, esse processo deve ser

interrompido.

Na avaliação de Castro, o País hoje não tem mais a necessidade de ter uma estatal como a Eletrobrás para ser instrumento de política energética. “Isso porque o modelo do setor está bem consolidado e a expansão pode ser feita apenas com a iniciativa privada.”

O consultor Ricardo Lima, especialista no setor, elogiou a decisão do governo. Na avaliação dele, a redução do peso do Estado, acompanhada de uma melhoria da governança corporativa e da redução do peso político na empresa são ótimas notícias. Mesmo no momento atual, de instabilidade política e crise econômica, a venda pulverizada da empresa pode atrair investidores de peso, como fundos de investimentos internacionais, diz Lima. “Menos Estado é positivo e necessário.”

Na avaliação dos especialistas, tirar o controle da empresa das mãos do governo fará muito bem para os negócios da estatal. Quem ficar no controle poderá vender os

ativos sem o excesso de burocracia como ocorre hoje. “A decisão de hoje demonstra emergência por parte do governo, que precisa fazer caixa para reduzir o déficit fiscal”, disse o professor Nivalde de Castro, destacando a qualidade dos ativos da empresa.

Reunião. Ontem à tarde, antes do anúncio, a Eletrobrás realizou uma reunião com investidores e analistas de mercado em São Paulo, mas os representantes da estatal não fizeram qualquer menção ao comunicado, que pouco depois seria arquivado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a respeito da desestatização.

O principal executivo presente era o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da estatal, Armando Casado, que deixou o evento às pressas. Um dos funcionários de sua equipe insistiu para a necessidade de irem embora e pediu desculpas aos jornalistas, que tinham iniciado uma entrevista com o executivo. O funcionário acrescentou, na sequência: “Depois vocês vão entender”. / colaborou LUCIANA COLLET

Sindicato afirma que vai lutar contra venda

Vinícius Neder / Rio

A Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel) foi pega de surpresa pelo anúncio de que o governo federal pretende privatizar a estatal do setor elétrico, mas já planeja para hoje a “luta contra a venda do patrimônio”, afirmou Emanuel Mendes, diretor da entidade de funcionários. A Eletrobrás informou após o fechamento do mercado que foi comunicada pelo ministro Fernando Coelho Filho sobre a intenção do Ministério de Minas e Energia de propor a desestatização da estatal do setor elétrico. “Eles (o governo) querem entregar tudo, mas vai ter resistência”, disse Mendes.

Segundo o diretor da Aeel, a entidade participava recentemente do debate em torno da intenção da Eletrobrás de vender suas participações em diversos ativos, incluindo as cerca de 40 usinas de geração de energia nas quais a

estatal possui participação. A posição da Aeel era contrária à venda de usinas. “Éramos contra a venda das usinas porque entendemos que isso seria ruim para a sociedade, pois aumentaria o preço da energia”, afirmou Mendes.

Para o diretor da associação, tanto no caso da venda das participações em usinas quanto no caso de privatização completa da estatal, o momento é ruim para vender. “O povo investiu dinheiro naquilo e agora o governo está leiloando a preço de banana”, disse Mendes. O líder sindical lembrou ainda que a decisão vem num momento em que a diretoria empossada no governo do presidente Michel Temer vinha trabalhando numa reestruturação da estatal. A Eletrobrás fez um programa de demissão voluntária e cortou custos, lembrou Mendes.

Reestruturação. A estatal do setor elétrico tem aberto um

Programa de Aposentadoria Extraordinária (PAE), para empregados em condições de se aposentar ou já aposentados pelo INSS. A meta da companhia era adesão de 2.500 servidores, mas atingiu 2.100, o que já foi considerado um sucesso pela diretoria, segundo fontes. A perspectiva é de uma economia de R\$ 900 milhões por ano. Um segundo plano deverá ser aberto até o início do próximo ano, voltado para o pessoal administrativo, com meta de adesão de 2.700 funcionários.

Os estudos feitos pela companhia apontam que cerca de 35% do pessoal da estatal teria idade para se aposentar. O presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr, que assumiu o comando há um ano, vinha afirmando que uma das metas do programa de reestruturação era reduzir o número de funcionários pela metade. / COLABOROU RENÉE PEREIRA

Disputa põe em risco receita de R\$ 11 bi

Governo conta com a concessão de usinas da Cemig para fechar contas do ano, mas leilões enfrentam briga judicial e pressão política

BRASÍLIA- A um mês da data reservada na Bolsa de Valores para o leilão de concessão de quatro usinas hidrelétricas da Cemig, a operação se transformou numa batalha nos campos fiscal, político e jurídico. A área econômica do governo conta com a operação para reforçar seu caixa em pelo menos R\$ 11,05 bilhões este ano. Porém, bateu de frente com a bancada mineira, capitaneada pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG).

O dia de ontem começou com o governo sofrendo uma derrota nos tribunais. O desembargador Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal da 1.a Região (TRF-1), decidiu suspender o leilão das usinas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande. E, após ameaças da bancada mineira de obstruir votações de interesse do governo, terminou com o próprio governo pedindo ao Supremo Tribunal Federal (STF) que retirasse de pauta da Segunda Turma o julgamento de um recurso da Cemig pedindo a suspensão do leilão de uma das usinas, Jaguará.

A ministra-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Grace Mendonça, menciona no ofício encaminhado ao ministro Dias Toffoli, do STF, a "possibilidade de instauração de procedimento" perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal para tratar do assunto. Essa proposta foi apresentada pela estatal mineira na semana passada.

Acordo. O advogado Vitor Alves de Brito, sócio do escritório Sérgio Bermudes, que defende a Cemig, disse que o adiamento sinaliza disposição do governo federal para um acordo com a companhia. Segundo ele explicou, com a câmara de conciliação aberta, as duas partes - União e Cemig - poderão chegar a um entendimento para a prorrogação da concessão das quatro usinas em disputa. "O pedido mostra que o governo tem interesse no acordo."

A estatal busca um empréstimo com o BNDES para pagar os R\$ 11 bilhões, que é o valor previsto pelas usinas de lance no leilão, marcado para 27 de setembro.

A equipe econômica não tem interesse nesse acordo com a União, segundo fontes, porque avalia que a estatal não tem condições financeiras para obter

crédito nessa magnitude.

O pedido de adiamento veio após pressões dos parlamentares de Minas. À frente das discussões, o vice-presidente da Câmara dos Deputados e coordenador da bancada mineira, deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), jogou pesado. Ele acusou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, de "fazer um jogo combinado" com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.

"O governo está nos ofendendo e não está fazendo aquilo que nos prometeu, que é abrir a mesa de negociação. Os ministros estão correndo de fazer aquilo que o presidente determinou. O que foi acertado com a gente foi uma palavra de honra. Eles estão querendo voltar as costas para a bancada mineira, parece um jogo combinado", disse.

Mais cedo, ao participar de um almoço no Itamaraty em homenagem ao presidente do Paraguai, Horácio Cartes, o presidente Michel Temer disse que o governo estava "trabalhando para a melhor solução".

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou, por meio de nota, que enviará uma proposta de Medida Provisória (MP) ao





Ministério do Planejamento para permitir que o BNDES financie a Cemig. "Estamos fazendo um esforço enorme na busca de uma saída que seria a própria Cemig adquirir essas usinas com financiamento do BNDES, que seria pago ao longo do tempo com a própria geração de receitas dessas usinas", afirmou. "Alguns anos atrás, em 2012, a presidente Dilma(Rousseff) editou uma medida provisória que impedia a Cemig de fazer a renovação da concessão dessas usinas, que estava inclusive prevista em contrato, e, a partir daí, estamos vivendo esse imbróglio, estamos vivendo esse conflito", diz o texto do tucano. / Rafael Moraes MOURA, RENAN TRUFFI, ADRIANA FERNANDES, JULIA LINDNER, LU AIKO OTTA E BRENO PIRES

LEILÃO SUSPENSO

● Governo prevê arrecadar R\$ 11 bilhões com a venda de quatro usinas da estatal mineira Cemig



	ÁREA DO RESERVATÓRIO	POTÊNCIA INSTALADA
❶ Usina Hidrelétrica de Jaguará	34,6 km ²	424 MW
❷ Usina Hidrelétrica de São Simão	703,29 km ²	1.710 MW
❸ Usina Hidrelétrica de Miranda	51,86 km ²	408 MW
❹ Usina Hidrelétrica de Volta Grande	205 km ²	380 MW

FONTE: CEMIG

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Farra estatal

Privatização da Eletrobras deve ser o primeiro passo para pôr fim a privilégios inaceitáveis num país tão desigual. Estatais se tornaram grandes cabides de empregos, focos de corrupção e sugadoras de recursos públicos

por **Vicente Nunes** /
vicentenunes.df@dabr.com.br

A proposta do governo de privatizar a Eletrobras vem com décadas de atraso. Se o controle da companhia já estivesse com a iniciativa privada, certamente os serviços prestados à população seriam muito melhores. Basta ver o que ocorreu com o sistema de telefonia e com a mineradora Vale, vendidos nos anos 1990. Não só progrediram como permitiram ao país agregar riquezas. O setor de telecomunicações está entre os mais modernos do mundo e a Vale é referência na produção de minério a baixo custo. Se tivessem continuado sob o manto estatal, estariam consumindo dinheiro público sem retorno à sociedade.

Em tempos de tanta escassez de recursos — o rombo nas contas públicas deste ano será de R\$ 159

bilhões —, é inaceitável que o governo mantenha um número tão grande de estatais, a maior parte delas, deficitária. Sem caixa e com dívidas superiores a R\$ 38 bilhões, a Eletrobras não tem capacidade hoje para tocar projetos vitais para a geração e a transmissão de energia. Pior: parte significativa dos projetos que está tocando, como Angra 3 e Belo Monte, tem a marca da corrupção. São obras superfaturadas e de baixa qualidade, que se arrastam por anos e só atendem os interesses de grupos políticos que a tomaram de assalto.

Ao longo de todos os governos, a Eletrobras se transformou em um grande cabide de emprego comandado, sobretudo, pela ala do PMDB de José Sarney. Mesmo nas administrações petistas, esse grupo continuou dando as cartas na empresa. Não por acaso, suas ações são negociadas em bolsa de valores com grande desconto. Os investidores sabem que, antes de atender à população, vêm os interesses políticos. Os controles de suas subsidiárias, como Furnas, são moedas de troca importantíssimas, principalmente em momentos de fragilidade como o enfrentado atualmente pelo presidente Michel

Temer.

Como zumbis

O uso político de estatais passa, inclusive, pelo controle da inflação. Isso ficou claro durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Para criar um fato positivo na sua caminhada pela reeleição, a então presidente usou a Eletrobras e baixou, por decreto, as tarifas de energia. A medida provocou uma distorção tão grande no sistema, que a fatura ainda será paga por mais alguns anos. Como a redução da conta de luz era insustentável, o Tesouro Nacional foi obrigado a subsidiar o consumo. A partir dali, as contas públicas começaram a entrar em colapso.

Quando as estripulias de Dilma chegaram ao limite, já no segundo mandato — interrompido pelo impeachment —, o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, repassou a fatura para os consumidores. As tarifas de energia praticamente triplicaram, levando a inflação a fechar 2015 em quase 11%. A correção dos valores cobrados pela Eletrobras veio junto com a liberação dos preços dos combustíveis pela Petrobras. Ficou claro, ali, que não havia almoço grátis. Que, em algum





momento, o uso político das empresas controladas pelo Tesouro Nacional seria repartido com todo o país.

A privatização da Eletrobras, com certeza, trará ganhos importantes para a economia. A eficiência maior na geração e na distribuição de energia tende a evitar os apagões, que só se reduziram por causa da recessão. Se o consumo estivesse em expansão, certamente a empresa não daria conta de atendê-lo. Os empregados da estatal, certamente, vão fazer barulho contra a venda do controle acionário para a iniciativa privada. As reações contrárias fazem parte do show. Se nos anos 1990 o governo tivesse se intimidado com a onda de fúria dos trabalhadores, com certeza, muitas das empresas privatizadas estariam hoje como zumbis, consumindo bilhões em impostos e favorecendo apenas grupos políticos e corporações.

Megalomania

O movimento de privatização iniciado pelo governo não pode ficar restrito à Eletrobras. É preciso também estancar, o mais rapidamente

possível, a sangria dos Correios. A estatal, que já foi exemplo de eficiência, só acumula prejuízos. Desde 2015, foram mais de R\$ 5 bilhões em perdas. A estatal foi entregue ao PT nas gestões de Lula e de Dilma e, agora, está loteada pelo PSD. A corrupção se estendeu ao fundo de pensão de seus empregados, o Postalís, que só não quebrou porque os carteiros estão tendo que cobrir os rombos por meio de contribuições extras para garantir a esperada aposentadoria.

Não é só. Pelos cálculos do Ministério do Planejamento, um grupo de apenas 18 estatais consumirá, em 2017, R\$ 18,4 bilhões do Tesouro, como mostrou a repórter Rosana Hessel, na edição de ontem do Correio. Com raras exceções, como a Embrapa, são empresas que quase nada agregam ao país. Um dos casos mais gritantes do desperdício de recursos públicos é a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), um cabidão de emprego criado por Dilma para tocar o megalomaniaco projeto do trem-bala ligando o Rio de Janeiro a São Paulo. Entre 2016 e 2017, os custo

da EPL aumentará quase 13 vezes, para R\$ 99,3 milhões. Isso sem produzir nada.

No total, informa o Planejamento, o governo federal detém 151 estatais. Mesmo com todos os programas de demissões e de aposentadorias voluntárias que estão em andamento, o número de funcionários continua aumentando, consumindo, em média, R\$ 647,8 milhões por mês. Não há país que resista com tamanho inchaço. O Estado não nasceu para ser empresário. Quando se mete a controlar empresas, sempre é domado pela corrupção. A Petrobras, como mostrou a Operação Lava-Jato, é o caso mais eloquente.

Governo tem que ser regulador e se preocupar com o que realmente interessa para a população: saúde, educação e segurança. Nessas três áreas, por sinal, está devendo muito. Já os poucos privilegiados pelos esquemas repugnantes das estatais usufruem de benesses inaceitáveis. Essa farra tem que acabar.

Avanço do retrocesso

Quando ocorre vazamento em casa, o gasto sobe e exige medidas corretivas. Conserta-se o defeito, ou se troca a peça antiga por uma moderna, mais econômica. A lógica que rege a vida doméstica é desconhecida dos administradores que lidam com o dinheiro público. A observação vem a propósito de estatais que não andam com as próprias pernas. Precisam, por isso, de repasses do Tesouro Nacional para bancar a ineficiência.

Dezoito das 151 empresas federais devem onerar o erário em nada menos de R\$ 18,4 bilhões. Ao contrário do que se faz em casa, não se tapa o ralo por onde escorrem os recursos arrecadados do cidadão. Ao contrário. Aprofunda-se o rombo. O orçamento deste ano é 22,5% superior ao desembolsado em 2016. Vale lembrar que o salto equivale praticamente aos R\$ 20 bilhões da proposta de ampliação da meta fiscal prevista pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017.

Pior: a política de pessoal das companhias vai na contramão da do governo e da do bom senso. Enquanto o Estado abre programas de demissão voluntária (PDVs) para enxugar o quadro de 523.087 funcionários das estatais, as deficitárias engordam a folha de pagamento. Segundo a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, de janeiro a julho, o quadro passou de 62.767 empregados para 63,2 mil — acréscimo de 524 nomes.

O buraco não é novo, nem nasceu do acaso. Em 2009 — oito anos atrás —, o prejuízo total das 18 empresas chegou a R\$ 179 milhões. Em 2013, o déficit decuplicou. Atingiu a inaceitável cifra de R\$ 1,8 bilhão. Agora, metade do tempo depois, multiplicou-se por 10. Bateu nos R\$ 18,4 bilhões. Pergunta-se: por que não se tomam medidas para reverter a situação? O governo, obrigado a cortar gastos da educação, da saúde, da segurança, da pesquisa e tecnologia, não só mantém o ralo, mas também lhe alarga a circunferência.

Passou da hora de conjugar os verbos privatizar, fundir e fechar. A administração petista demonizou a privatização. Negou-se a olhar os benefícios que a prática, levada avante por Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990, trouxe ao país e à população. Vale o exemplo das telecomunicações. Com a saída do Estado, os brasileiros, que pagavam ágio para ter uma linha telefônica, contam com serviço de qualidade.

O Partido dos Trabalhadores (PT), por 13 anos no poder, em vez de continuar o processo de saneamento das estatais, recuou. Criou mais sete empresas, que se revelaram ineficientes em seus objetivos, mas serviram a interesses partidários dissociados das necessidades da população. Sem olhar para essa realidade, será insuficiente o sacrifício da sociedade ao ser privada de serviços essenciais para tapar rombos da incompetência e da politicagem. Em bom português: seca-se gelo.